## INFORMAÇÃO SINDICAL



Reivindicações continuam a não ter resposta

## Trabalhadores da Saúde com motivos para fazerem Greve

O SINTAP considera que os motivos que levam os trabalhadores do setor da Saúde a fazerem Greve no próximo dia 20 de janeiro são justos e justificados, uma vez que o Governo tarda em satisfazer um conjunto de reivindicações que têm vindo a ser discutidas à mesa das negociações, nomeadamente a valorização da carreira especial de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica (objeto de acordo recente); os trabalhadores das Unidades de Saúde Familiar; a possibilidade de adesão à ADSE dos trabalhadores em Contrato Individual de Trabalho; o acordo coletivo de trabalho para os hospitais EPE; bem como outras às quais a tutela não tem dado a devida relevância.

Apesar do empenho que continua a colocar nessas negociações, o **SINTAP** considera que urge resolver questões tão importantes para os trabalhadores como sejam:

- o descongelamento das progressões nas carreiras;
- a resolução do problema da precariedade laboral no setor da Saúde;
- a aplicação das 35 horas de trabalho semanal a todos os trabalhadores da Saúde;
- a valorização da carreira especial de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica;
- a necessidade de se procederem a admissões que colmatem a falta de pessoal generalizada;
- a valorização das carreiras auxiliares e administrativas da Saúde;
- a valorização salarial da carreira de Técnico de Emergência Pré-Hospitalar;
- a revisão da carreira de Técnico Superior da Saúde;
- o fim dos cortes no pagamento do trabalho suplementar e o pagamento do abono para falhas;
- a garantia de que se mantenha o "suplemento" pago aos trabalhadores que continuem a trabalhar 40 horas por semana;
- o acordo coletivo de trabalho para os hospitais EPE.

O **SINTAP** continuará empenhado nos processos negociais nos quais está envolvido tendo em vista a resolução de todas estas matérias, e promoverá todas as formas de luta que, em cada momento, os trabalhadores considerem necessárias para defenderem os seus direitos.

Lisboa, 11 de janeiro de 2017